

## A GEOGRAFIA ENTRE A MATERIALIDADE E A IMATERIALIDADE

*The geography between materiality and immateriality*

*La geografía entre materialidad e inmaterialidad*



**Leonardo Luiz Silveira da SILVA** – Geógrafo (UFMG), Mestre em Relações Internacionais (PUC-MG), Doutor em Geografia (PUC-MG), Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Campus Salinas, MG, Brasil.  
ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-7082-529X>  
URL: <http://lattes.cnpq.br/3673614715587629>  
EMAIL: [leoluizbh@hotmail.com](mailto:leoluizbh@hotmail.com)

### RESUMO

Durante a história do pensamento geográfico, antagonismos mostraram-se poderosos o suficiente para estimular o surgimento de correntes do pensamento e métodos de análise geográfica bastante distintos: de um lado, a objetividade versus a subjetividade; de outro, a materialidade versus imaterialidade. Este artigo apresenta como estes antagonismos participam da análise geográfica, refletindo sobre as limitações de suas manifestações extremadas, como um caminho para o objetivo desta reflexão teórica: a sugestão de uma posição intermediária em meio a este imbróglie teórico, inspirados no pensamento de Augustin Berque acerca da mediação da materialidade e imaterialidade consagrada no neologismo geogramas. Como uma estratégia metodológica, o texto do artigo parte das grandes discussões que envolveram materialidades e imaterialidades no período da reação ao florescimento do neopositivismo da década de 1950. É abordado, também, as manifestações da objetividade e da subjetividade na pesquisa geográfica, que dão suporte para pensarmos na materialidade e imaterialidade dos elementos da paisagem e nos conceitos apropriados pela geografia. É utilizado como estratégia de reflexão a metáfora da paisagem como texto, que serviu como um instrumento de reflexão sobre os problemas advindos da utilização de formas extremadas de imaterialidade. Por fim, destaca os efeitos mais práticos do desacordo entre a materialidade e a imaterialidade, utilizando as categorias raça e cultura como instrumentos reflexivos.

**Palavras-chave:** Objetividade; Subjetividade; Materialidade; Imaterialidade.

Histórico do artigo

Recebido: 28 abril, 2020

Aceito: 09 junho, 2020

Publicado: 31 agosto, 2020

### ABSTRACT

During the history of geographic thought, antagonisms proved to be powerful enough to stimulate the emergence of very different mainstreams of thought and methods of geographical analysis: on the one hand, objectivity versus subjectivity; on the other, materiality versus immateriality. This article presents how these antagonisms participate in the geographic analysis, reflecting on the limitations of their extreme manifestations, as a way to the objective of this theoretical reflection: the suggestion of an intermediate position in the midst of this theoretical effort, inspired by the thought of Augustin Berque about mediation of materiality and immateriality and the word geograms. As a methodological strategy, the article starts from the discussions that involved materialities and immaterialities in the period of reaction to the flourishing of neopositivism in the 1950s. The manifestations of objectivity and subjectivity in geographical research are also addressed, which support to think about the materiality and immateriality of the elements of the landscape and the concepts appropriated by geography. The metaphor landscape-as-a-text is used as a reflection strategy, which served as an instrument of reflection on the problems arising from the use of extreme forms of immateriality. Finally, it highlights the most practical effects of the disagreement between materiality and immateriality, using the categories race and culture as reflective tools.

**Keywords:** Objectivity; Subjectivity; Materiality; Immateriality.

### RESUMEN

Durante la historia del pensamiento geográfico, los antagonismos se mostraron suficientemente potentes para estimular el surgimiento de corrientes muy diferentes de pensamientos y métodos de análisis geográfico: por un lado, objetividad versus subjetividad; por el otro, materialidad versus inmaterialidad. Este artículo presenta como estos antagonismos participan en el análisis geográfico, reflexionando acerca de las limitaciones de sus manifestaciones extremas, como un camino hasta el objetivo de esta reflexión teórica: la sugerencia de una posición intermedia en medio de este embrollo teórico, inspirado en el pensamiento de Augustin Berque sobre mediación de materialidad e inmaterialidad consagrada en geogramas de neologismo. Como estrategia metodológica, el texto del artículo parte de las grandes discusiones que involucraron materialidades e inmaterialidades en el período de reacción al florecimiento del neopositivismo en la década de 1950. También, se abordan las manifestaciones de objetividad y subjetividad en la investigación geográfica, pensar en la materialidad e inmaterialidad de los elementos del paisaje y los conceptos apropiados por la Geografía. La metáfora del paisaje como texto es utilizada como estrategia de reflexión, que sirvió como instrumento de reflexión acerca de los problemas derivados del uso de formas extremas de inmaterialidad. Finalmente, resalta los efectos más prácticos del desacuerdo entre materialidad e inmaterialidad, utilizando las categorías raza y cultura como instrumentos reflexivos.

**Palabras-clave:** Objetividad; Subjetividad; Materialidad; Inmaterialidad.

## 1 INTRODUÇÃO

A geografia institucionalizou-se enquanto disciplina acadêmica em meados do século XIX, desenvolvendo-se com mais robustez na França e na Alemanha (BERDOULAY, 2017). O *zeitgeist* científico era marcado pela rigidez metodológica. Neste contexto, era valorizada como ciência a disciplina que realizava procedimentos que pertenciam ao cânone da pesquisa em ciências duras (*hard sciences*), que incluíam objetividade na pesquisa científica e a materialidade dos elementos geográficos. A

autoridade do discurso passava pela capacidade do campo do saber propor modelos, teorias e leis, o que estaria de acordo com a cartilha do cânone científico. Nesse sentido, o exercício de comparação de áreas, possível após a construção de corografias<sup>1</sup> e estudos regionais, permitiria a percepção de padrões, continuidades e descontinuidades que dariam suporte, em tese, a elaboração de modelos, teorias e leis (desde que não objetivassem meramente a descrição de áreas).

Após uma certa flexibilização na obsessão geográfica em se legitimar enquanto ciência – observada na aurora do século XX – temos uma nova retomada deste movimento no período pós-Segunda Guerra Mundial, de forma mais notável no anos 1950 (CAPEL, 2013), sendo o artigo de Fred K. Schaefer (1953), *Exceptionalism in geography: a Methodological Examination*, um texto simbólico desta então nova tendência, que se consolida como um mainstream neopositivista que repousou sob a alcunha de nova geografia, ou, ainda, geografia quantitativa. A ascensão desta nova corrente ocorreu tardia, quando críticas ao positivismo já haviam sido muito bem desenvolvidas em outras áreas então mais maduras da ciência social (SMITH, 1979). Isso não significa que o positivismo desapareceu. Ainda vive, desde as formas miméticas às híbridas, sendo capaz, inclusive, de influenciar linhas de programas de pós-graduação em geografia, principalmente àquelas ligadas à pesquisa em geografia física e cartografia, apesar deste não ser um movimento muito comum no Brasil. A ascensão das novas tecnologias aplicadas ao geoprocessamento deu um novo fôlego aos pressupostos positivistas aplicados à certas pesquisas geográficas. No interior da geografia, novas correntes surgiram estimuladas, dentre outras questões, como uma resposta ao neopositivismo.

Richard Hartshorne (1978) lançou uma questão que sintetiza a preocupação dos geógrafos quanto a legitimação da geografia: seria a disciplina um campo do saber meramente descritivo de excepcionalidades espaciais ou uma ciência que consegue criar leis? David Harvey (1986) insere-se dentre as críticas ao neopositivismo, o que fica claro em sua obra *Explanation in Geography* (publicada originalmente em 1969). O autor argumenta que a busca por leis geográficas, que mudariam o patamar de relevância da

---

<sup>1</sup> As corografias são trabalhos descritivos sobre as características regionais. Deram lugar paulatinamente às geografias regionais. Dada à dificuldade de se estudar os múltiplos elementos que compõem diversas porções de um determinado espaço, as corografias acabavam sendo um grande compilado de informações que eram disponíveis em diversas fontes, dando aos textos corográficos aspecto fragmentado. O famoso trabalho *Corografia Brasileira* do padre Manuel Aires de Casal, foi o primeiro livro editado no Brasil, no ano de 1817. Nele, regiões brasileiras foram descritas com alto grau de generalização, como se vê neste trecho sobre o clima da Província do Rio Grande do Sul: “O clima é temperado, participando quase igualmente do calor e do frio: o ar puro e sadio: o inverno começa em maio e acaba em outubro: o vento reina nesta estação do sudoeste e oeste, e é frígido (sic)” (AIRES DE CASAL, 1976, p.61).

disciplina, é em vão. Lembra que, mesmo na geografia física, quando a pesquisa geográfica emprega leis, estas são oriundas de áreas como a física ou a química. Em suas palavras, “[...] as leis quando entram nas explicações físico-geográficas são simplesmente as leis fundamentais da física e da química aplicadas em circunstâncias geográficas [...]” (HARVEY, 1986, p.108).

O íterim compreendido entre os anos 1960 e 1980 foi especialmente rico para a história do pensamento geográfico, e propomos destacar alguns elementos importantes que de certa forma se constituíram como resposta ao neopositivismo que floresceu na década de 1950:

- o surgimento do movimento intelectual conhecido como virada cultural (VALENTINE, 2001; CLAVAL, 2001; CORRÊA e ROSENDHAL, 2011; PEDROSA, 2016);
- a ascensão da Geografia Humanista (LEY, 1981; POCOCK, 1983; MEINIG, 1983; GOLD e GOODEY, 1983; HOLZER, 1997; SEAMON e LUNDBERG, 2017);
- a ascensão da geografia crítica ou marxista (QUAINI, 2002; MELS, 2003; SANTOS, 2004; CRESSWELL, 2010; CORRÊA, 2014; SEAMON e LUNDBERG, 2017);
- a ascensão da nova geografia cultural (ROWNTREE, 1988; CRESSWELL, 2010; CORRÊA e ROSENDAHL, 2011).

No interior da complexidade que envolve a história do pensamento geográfico no século XX residem antagonismos que necessariamente não se expressam por intermédio de polos opostos: de um lado a objetividade versus a subjetividade da percepção e do método de pesquisa em geografia; de outro a materialidade x a imaterialidade daquilo que Carl Sauer (2008) chamou de associação geográfica dos fatos. Estes antagonismos estão entrelaçados e interdependentes como suporte da percepção e da descrição geográfica. Debates memoráveis envolvendo estes antagonismos se desenvolveram na geografia. Destacamos entre eles:

- O provocador artigo de Don Mitchell<sup>2</sup> (1995) que criticou as abordagens reificadas da cultura, estimulando réplicas de Cosgrove (1996), Jackson (1996) e James e Nancy Duncan (1996) e sua tréplica (MITCHELL, 1996a);
- A instigante defesa da abordagem saueriana da cultura feita por Price e Lewis (1993a), que estimulou réplicas de Cosgrove (1993), Jackson (1993), Duncan (1993) e sua tréplica (PRICE e LEWIS, 1993b3).

A objetividade, a subjetividade, a materialidade e a imaterialidade em suas formas extremas de compreensão não podem ser entendidas como finalidade da pesquisa geográfica. Esse artigo objetiva refletir sobre os problemas teóricos associados às manifestações extremas destes conceitos e apresentar uma proposta assertiva de abordagem geográfica que seja mitigadora dos efeitos colaterais dos extremismos teóricos. Para tanto, abordaremos de que forma estes conceitos participam do pensamento geográfico, apresentaremos as limitações do seu uso e, por fim, sugeriremos uma posição em meio a este campo minado teórico.

## 2 OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE

De que forma a objetividade e a subjetividade impactam na leitura do espaço geográfico? Para discutirmos o ato de percepção e expressão da paisagem, faz-se necessário compreender que a percepção, a cognição e a avaliação espacial são processos extremamente inter-relacionados (NASSAUER, 1995). Ademais, é importante destacar que

<sup>2</sup> No seu artigo, Mitchell (1995) criticou a abordagem ontológica da cultura. Ao dizer que “there’s no such (ontological) thing as culture” (MITCHELL, 1995, p.103), quis se referir as abordagens que possuem a pretensão de definir o que seja cultura. Ao longo do seu artigo utiliza o verbo reificar como sinônimo de ontologizar, como se vê na frase: “[...] The idea of culture is constantly implemented, constantly reified [...]” (MITCHELL, 1995, p.110). Claramente, o uso da expressão “abordagem ontológica da cultura” no sentido empregado por Mitchell refere-se ao entendimento da cultura como uma entidade tangível, passível de descrição.

<sup>3</sup> Price e Lewis alegam que Jackson, Duncan e Cosgrove, dão ênfase desmedida ao estereótipo específico do apreço aos artefatos materiais que recai sobre Sauer e a escola de Berkeley: “Eles especificamente alegam que os intelectuais de Berkeley focam seus estudos nos artefatos materiais, exibindo um curioso e antiquado fetichismo sobre itens como casas, cercas e postos de gasolina. Continuando na linha de defesa da escola de Berkeley, os autores apresentam estatísticas que mostram que a abordagem de artefatos materiais pelos pesquisadores de Berkeley é desprezível. Destacam ainda que “[...] Sauer nunca limitou o termo artefato a objetos concretos. Pelo contrário, ele via toda modificação humana na paisagem como um artefato [...]” (PRICE e LEWIS, 1993a, p.6). Duncan (1993) discorda de Price and Lewis ao indicar que a avaliação de artefatos materiais pode ser apontada como uma marca característica de Berkeley. Price e Lewis (1993b) ainda treplicaram a réplica de James Duncan, fazendo-nos entender que não há consenso sobre o exagero da escola de Berkeley ao que se refere à abordagem dos artefatos materiais. Por de trás desta discussão, existem sérias repercussões teóricas.

a percepção não é o mesmo que sensação. A percepção, principalmente a visual, não se trata da recepção puramente passiva dos dados sensoriais, mas sua interpretação e organização em uma estrutura que lhe dá forma e sentido (COLLOT, 2015). Esta noção nos deixa claro que a percepção da paisagem é mais do que a simples resposta ao estímulo visual <sup>4</sup>(AOKI, 1999). Os demais sentidos e a memória trabalham em um esquema complexo que é responsável pela elaboração dos significados. As sensações, assim, são componentes necessários da percepção, mas não podem assumir toda a sua dimensão. Inspirados nesta reflexão apriorística, nos perguntamos: existe uma parcela de objetividade na percepção da paisagem?

É necessário apontar que os sentidos das palavras objetividade e subjetividade aplicados à percepção da paisagem apresentam duas faces. A subjetividade pode expressar a variação de entendimento e de percepção que uma pessoa tem acerca de um fenômeno ou objeto; por outro lado, pode significar o entendimento diverso que as pessoas têm acerca dos elementos constituintes da paisagem <sup>5</sup>(CLAMP, 1981). A objetividade, por sua vez, pode se manifestar na reificação dos elementos da paisagem, que passam a ser passíveis de uma descrição que pretende esgotar as dimensões do ente. Alternativamente, em uma visão coletiva, a objetividade pode ser entendida como uma proposição consensual entre indivíduos. É em função destas diferenças de entendimento sobre a objetividade e a subjetividade que não podemos simplesmente atrelar a materialidade ao campo objetivo e a imaterialidade ao subjetivo.

Para Pires (2017) a paisagem é construída pela objetividade e subjetividade, que se encontram no momento percebido e interpretativo. Além disso, a autora assevera:

a objetividade é evidenciada a partir de um conjunto de significados culturais e simbólicos apreendidos coletivamente. A subjetividade está representada pela particularidade do olhar em relação à natureza, observando critérios simbólicos e cognitivos individuais, pois é a forma como o sujeito relaciona-se com o mundo e com outras intersubjetividades (PIRES, 2017, p.173).

<sup>4</sup> Apesar de ser relativamente comum encontrar entendimentos acerca da percepção da paisagem a partir da atuação dos múltiplos sentidos humanos, Bunkse (2007) afirma que 90% de nossa participação sensorial frente à paisagem é visual. Acrescenta ainda que parcela expressiva do restante desta participação ser auditiva e tátil. Esta consideração desdenha da importância dada ao olfato na percepção da paisagem, destacada por Douglas Porteous (1985).

<sup>5</sup> A intersubjetividade se expressa nestas duas acepções, sempre tendo como condição a interface entre sujeitos. Na primeira acepção, a intersubjetividade se manifesta em uma complexa interface: no embate entre dois sujeitos e as relações variáveis entre os significados que atribuem aos elementos da paisagem. Na segunda acepção, a intersubjetividade se manifesta na interface das significações relativamente rígidas e distintas entre indivíduos.

A objetividade participa parcialmente da compreensão da paisagem, fato que é reforçado pelas abordagens de Gold (1980) e também Lando (1996). Concordando com Gold, Lando reforça a existência de três grandes componentes da leitura paisagística, que parecem transitar entre os extremos objetivo e subjetivo:

- “Os aspectos físicos tangíveis de uma área”;
- “As atividades humanas mensuráveis”;
- “Significados e símbolos impostos nos lugares pela consciência humana”. (LANDO, 1996, p.8).

Nesse sentido, parece concordar Kenneth R. Olwig quando salienta que “[...] o entendimento da paisagem reconhece a importância histórica e contemporânea da comunidade, cultura, lei e costumes no molde da existência geográfica do homem – tanto no campo das ideias quanto no das práticas [...]” (OLWIG, 1996, p.645). A percepção da paisagem é, também, um ato solitário, pois envolve o acesso a “[...] sistemas de memória bem gerenciados para o acesso às experiências do passado [...]” (AOKI, 1999, p.85). A coletânea destas experiências do passado são obras únicas que estão guardadas nas mentes de cada indivíduo. São estes argumentos que ajudam a consolidar a parcela subjetiva da essência paisagística.

A objetividade, contudo, apresenta-se frágil. Mesmos os aspectos físicos ditos tangíveis podem ser percebidos e expressos com ênfases distintas. A capacidade de identificar elementos paisagísticos pode ser uma habilidade adquirida coletivamente e manifesta em diferentes graus. Da mesma forma, a cognoscibilidade da paisagem se manifesta de uma forma não objetiva, sendo, portanto, uma gradação, que nos leva à lembrança dos trabalhos de John K. Wright. A *terrae incognitae* de Wright (2014) não escapa do crivo da subjetividade. A expressão, que se refere às porções do espaço que são desconhecidas, manifestam-se de forma diferentes a partir de visões comunitárias e/ou individuais. Argumenta o autor:

De fato, se olharmos de suficientemente perto – toda a Terra parece uma imensa colcha de retalhos de mini *terrae incognitae*. Mesmo que uma área seja minuciosamente mapeada e estudada por um exército de micro geógrafos, muito sobre sua geografia sempre permaneceria desconhecida e, deste modo, se hoje não há terra incógnita em sentido absoluto, não há também terra absolutamente cónita (WRIGHT, 2014, p.7).

Wright discursou sobre a terra incógnita em 1946. Negou, em seu contexto, a possibilidade de existir a terra absolutamente cógnita. Ainda que consideremos os prodígios do sensoriamento remoto e das novas técnicas/tecnologias cartográficas, ainda faz sentido pensar em terras incógnitas. As imagens, disponíveis sobre parte extensa da superfície terrestre, não cobrem toda a dimensão das sensações associadas ao vivenciar. Visualizar imagens significa dimensionar expectativas, mas, não significa vivenciar ou conhecer, verbos que demandam uma pluralidade de sensações que compõem a experiência. Em contrapartida, as imagens disponíveis sobre paisagens que não vivenciamos acabam moldando nossas expectativas e interferindo na nossa forma de perceber o espaço. As paisagens exploradas por meio de muitas imagens ou relatos – de muitas fontes diversas – como por meio da indústria cinematográfica, pintura, guias turísticos e romances, não podem nos conceder a pretensão de compreender o que é “o real”. O máximo que podemos nos submeter é a um processo de intermediações de narrativas, à medida que as identidades são espacialmente fendidas e temporalmente adiadas (BHABHA, 2013). “[...] Não importa a quantidade de imagens as quais estamos expostos ou o quão claras estas imagens se apresentem em nosso subconsciente, nossa visão é sempre parcial, fraturada [...]” (COSTA, 2008, p.161). É importante mencionar esta temática, pois, na contemporaneidade, “[...] o conhecimento da maioria das pessoas sobre a maioria dos lugares se adquire através (sic) da mídia de vários tipos, de maneira que, para a maioria das pessoas, a representação vem antes da realidade [...]” (COSTA, 2008, p.164<sup>6</sup>).

### 3 MATERIALIDADE E IMATERIALIDADE

A paisagem e a cultura carregam em si uma oposição constante entre “materialidade” e “imaterialidade” (NAME, 2010). Diferentes indivíduos podem ter distintos entendimentos sobre os significados dos elementos materiais. Portanto, há a possibilidade de materializações apresentarem-se intersubjetivamente, assim como imaterialidades podem encontrar espantoso consenso (ainda que não seja absoluto) entre indivíduos.

Preocupado quanto à questão dos significados dos objetos, Berque (2012) cria uma oposição entre topos e chõra, conceitos que opõem, respectivamente, a dimensão meramente descritiva dos objetos e a descrição holística, que vai muito além de sua

---

<sup>6</sup> Maria Helena Braga e Vaz da Costa (2008) aborda o papel das fantasias cinematográficas dos grandes centros urbanos americanos – em especial Nova York – para um efetivo reordenamento das imaginações geográficas. Mesmo no campo da ficção, já anunciada no gênero da produção fílmica, impressões sobre o urbano são tratadas com intensidade e ficam marcadas, de forma variada, nas mentes dos indivíduos.



manifestação material. Para exemplificar a oposição destes conceitos, Berque promove a reflexão acerca de um lápis:

**Quadro 01 – Os significados do lápis entre topos e chôra**

<i>Topos (descrição material)</i>	<i>Chôra (descrição imaterial)</i>
Posicionamento do lápis de acordo com as coordenadas geográficas; mensuração de sua forma, massa e seus constituintes. Por meio deste procedimento saberemos fisicamente o que é um lápis.	Dimensionamento simbólico sobre a escrita da palavra e o que ela representa; os processos produtivos vinculados ao lápis, como a exploração florestal, o minério para o grafite, as fábricas de papel (pois o lápis não escreve no vazio) e os transportes para a condução do lápis ao mercado;

**Fonte:** Adaptado de Berque (2012)

Berque afirma que “a realidade vai além do material, ao mesmo tempo retornando a ele também” (BERQUE, 2012, p.7). É curioso pensarmos também que as ideias humanas moldam a paisagem, ao mesmo tempo em que a experiência humana molda as ideias (WALTON, 1995). Para contemplar esta dimensão holística dos objetos materiais, Augustin Berque sugeriu a palavra geograma ao anunciar que “[...] imaginar a Terra sem o céu, ou o inverso, não passa de uma abstração [...]” (BERQUE, 2012, p.8). Como dito, enquanto geogramas que superam a dimensão da descrição física, os objetos não podem ser meramente descritos. O trecho a seguir explora o simbolismo que está por detrás dos corpos físicos:

A espécie humana se tornou o que é devido a um processo imensamente longo durante o qual o fisiológico, o técnico e o simbólico não cessaram de interagir. Pelo que nos diz respeito, esta interação se traduziu por uma “exteriorização” progressiva das funções do corpo humano, que começou quando os nossos ancestrais, por assim dizer, extraíram seus incisivos de suas bocas para colocá-los na mão, na forma de pedras lascadas. Momento bem considerável e da maior eficácia! Este vantajoso processo nunca parou de se ampliar, constituindo, assim, pouco a pouco, nosso “corpo social” que é exterior ao nosso “corpo animal”, que só faz estender as funções naturais que fazem parte, com todas as coisas que as compõem, de nossa corporeidade global (BERQUE, 2012, p.9).

A reflexão de Berque se associa diretamente no processo descritivo da paisagem e do lugar. Os objetos que compõem estas duas categorias geográficas vão além do seu corpo físico, constituindo-se como geogramas. A reflexão assemelha-se ao argumento de Cosgrove (1983) acerca da atividade humana. Para o autor, toda atividade humana é, ao

mesmo tempo, material e simbólica, produção e comunicação.

Pensando a respeito das significações que atribuímos aos elementos da paisagem, Jay Appleton (2000) defendeu a ideia de que os gostos e as preferências que desenvolvemos são influenciados pelo impacto da cultura<sup>7</sup>, da sociedade e das experiências individuais. Estas variáveis de influência na composição estética de nossas preferências atuam, na visão do autor, sobre os padrões inatos de comportamentos, alguns dos quais vinculados, por exemplo, ao instinto de sobrevivência. Apesar de considerarmos alguma validade nestes argumentos, há de reconhecer polêmica nos mesmos. É difícil conceber no complexo e variado comportamento do homem certas condições inatas atuando de forma absolutamente padronizada sobre os homens. Por outro lado, é plausível considerar que as nossas preferências estéticas interferem dramaticamente na percepção e na descrição da paisagem. Por isso concordamos com David Lowenthal (1978) quanto ao seu argumento de que o contexto da interação entre homem e meio depende:

- do humor e da circunstância;
- do tempo, da iluminação<sup>8</sup> e da hora do dia;
- se a observação está sendo feita a pé ou em um veículo;
- se o observador está parado ou em movimento;
- se o objeto de contemplação foi deliberadamente escolhido ou se a interação é acidental e, portanto, inesperada (LOWENTHAL, 1978, p.375).

Refletindo ainda sobre o valor atribuído a paisagem, Appleton (1994) salienta que o prazer em relação à contemplação e à experiência frente a uma determinada porção do espaço se dá na interação do observador com a paisagem, independente da quantidade de objetos que nela estão inseridos e que podem carregar dimensões simbólicas. Nesse sentido, um deserto – pobre em objetos – pode se constituir aos olhos de um observador um local apazível. A intersubjetividade na leitura da paisagem edifica constrangimentos de

---

<sup>7</sup> Appleton (1994) relativiza a abordagem reificada da cultura ao argumentar que a composição dos gostos varia enormemente, não somente entre culturas que são diferentes no espaço e no tempo, mas entre os diferentes indivíduos que são identificados com estas culturas. Deste modo, aponta que desacredita em culturas como reservatórios homogêneos de identidades.

<sup>8</sup> A importância da iluminação para a percepção e expressão da paisagem também é explorada por Olwig (2011). Há de se lembrar que lugares como o interior das catedrais góticas exploram com muita eficiência a penetração da luz através dos seus vitrais, contribuindo para a construção de um ambiente de excepcionalidade sacra, como lembra Tuan (2013).

uma abordagem absolutamente material e objetiva da paisagem. Mostrando desalento frente à ausência de um método que costure as nuances deste vespeiro teórico, Appleton (1975) considera que para a avaliação da paisagem existe um vácuo teórico, pois não há método que seja livre de constrangimentos.

A solução para quebrar o monopólio da materialidade na análise geográfica não parece ser a aposta na intersubjetividade e na imaterialidade radicais. Estas limitações parecem ficar evidenciadas na utilização da metáfora da paisagem como texto, muito utilizada pelos geógrafos culturais a partir da década de 1980.

#### 4 A METÁFORA DA PAISAGEM COMO TEXTO

A década de 1980 foi marcada, no âmbito dos estudos da geografia cultural, por abrigar embrionariamente a ideia de entender a paisagem como um livro a ser consultado<sup>9</sup>, que nos contaria sobre a história da própria natureza e do homem, bem como de suas relações, em escalas temporais diversas. Esta noção pode ser sintetizada pela opção de se ver a paisagem como um texto<sup>10</sup>, numa metáfora relativamente comum dentre os geógrafos culturais (ROWNTREE, 1986<sup>11</sup>; COSGROVE E JACKSON, 1987; DUNCAN E DUNCAN, 1988). A chamada Nova Geografia Cultural revitalizou a ênfase da paisagem enquanto construção cultural que estrutura e dá significado ao mundo externo. Essas simbólicas características da paisagem produzem e sustentam um sentido social. Nesse sentido a paisagem é concebida como uma configuração de símbolos e signos, fato que fortalece metodologias que são mais interpretativas do que morfológicas. Eis a explicação

<sup>9</sup> Meredith (1985) utiliza a expressão “biografia da paisagem” para se remeter ao processo de evolução da mesma. A noção de uma biografia da paisagem “comporta as vontades individuais do povo que fez escolhas durante o processo de evolução da paisagem” o que explicaria o seu arranjo contemporâneo. “Indivíduos não podem operar fora dos ambientes socioeconômicos e físicos, mas podem mediar as interações entre ambos. Esta habilidade cria a biografia das paisagens” (MEREDITH, 1985, p.46).

<sup>10</sup> Em certas abordagens antropológicas, o conceito de cultura também é tratado metaforicamente como um texto (Name, 2010).

<sup>11</sup> Lester Rowntree destaca três alertas no uso da metáfora da paisagem como texto: o primeiro alerta refere-se às discrepâncias existentes entre a paisagem descrita por um intérprete e a percepção dos seus “leitores”; o segundo alerta é o risco de privar a contínua interação entre os elementos da paisagem, estabelecendo um produto estático e acabado; o terceiro é o grau de dificuldade de se compreender (por parte do interlocutor) como se levou a interpretar o texto paisagem de uma dada forma (ROWNTREE, 1986, p.582). Não vemos sentido no primeiro e no terceiro alerta, pois, o estranhamento perceptivo é o apanágio da paisagem percebida individualmente. Já partimos do pressuposto que as diferenças de percepção paisagística remetem às diferenças identitárias e experienciais carregadas por cada indivíduo. Não faz sentido pensar que Rowntree ressinta da materialização ontológico-positivista que é estranha à paisagem como espaço a ser percebido. Afinal, o segundo alerta, ao qual concordamos, destaca o fato de que a paisagem como texto pode colaborar para a construção de uma visão que a reifique. Nesse sentido, é importante destacar que todo “texto paisagístico” já nasce caduco.

para a ênfase dada na metáfora da paisagem enquanto texto (ROWNTREE, 1988). O contexto da efervescência da metáfora da paisagem-texto se deu no interior da chamada virada cultural, movimento interdisciplinar que floresceu nos anos 1970-80 como uma reação ao pragmatismo neopositivista. No interior da chamada virada cultural, falou-se de um movimento mais específico chamado de virada linguística, que se centrou nos discursos, na representação social e na cultura política, com impactos notáveis nas ciências humanas (BURGESS, 1996).

As metáforas como a da paisagem como texto podem fazer com que geógrafos entusiastas de abordagens materialistas e pragmáticas fiquem desconfortáveis. Contudo, lidamos constantemente com materialidades e imaterialidades, de tal forma que automatizamos os seus antagonismos. Muehrcke e Muehrcke (1974), por exemplo, assim falam acerca do mapa, um instrumental indispensável na vida de um geógrafo:

um mapa é, de fato, uma metáfora. O criador do mapa tem a pretensão de fazer com que o leitor do mapa acredite que um mosaico de pontos, linhas e áreas em um pedaço de papel seja equivalente ao mundo multidimensional (MUEHRCKE e MUEHRCKE, 1974, p.319).

É importante observar que os textos não são inocentes; não são janelas pelas quais a realidade pode ser vista livre de contradições. A complexidade da leitura da paisagem e sua metáfora como texto encontra abrigo dentro da dimensão pós-estruturalista, que se preocupa com os significados das palavras, expressões e ideias. No interior desta perspectiva, nenhum texto é puro, nascido livre de influências de outros textos. Por isso, é construído o axioma: todo texto é intertexto de outro texto (DUNCAN; DUNCAN, 1988).

Premissas pós-estruturalistas

negam a autoria ao autor. Rejeitando a visão de que os textos são referenciais, também rejeitam a ideia de que textos são representações ou reconstruções do mundo real. Estas descrições combinam com as paisagens, pois estas não possuem autoria, embora possam ser simbólicas, não são obviamente referenciais, constituindo como criações intertextuais do leitor, assim como são produtos da sociedade que originalmente as construiu (DUNCAN e DUNCAN, 1988, p.120).

A paisagem pode ser analogamente ligada a um hipertexto em pelo menos dois âmbitos: no primeiro, em função dos valores que são carregados pelo seu intérprete, que são construídos “intertextualmente” devido às experiências múltiplas acumuladas espaço-

temporalmente<sup>12</sup>; no segundo âmbito, em função dos diversos processos que moldam e dão forma ao arranjo paisagístico.

A metáfora da paisagem enquanto texto, para alguns, precisa ser aplicada, vista, desenvolvida e teorizada com parcimônia. Don Mitchell (1993) em uma resenha crítica do livro de Barnes e Duncan<sup>13</sup> (1992) argumentou que a utilização da metáfora textual fez com que os autores construíssem uma argumentação que desenhavam duas possibilidades paralelas e antagônicas da interpretação paisagística: de um lado, a interpretação meramente material, a bruta realidade; de outro, o mundo dos textos, discurso, metáfora e da linguagem. Mitchell salienta que esta é uma falha grave na teoria, pois, trata-se de uma “posição frustrante, pois, o que precisa ser teorizado são as complexas interações entre a materialidade e ideias. Palavras e discursos são amarrados ao mundo por poderosos atores sociais” (MITCHELL, 1993, p.474).

Walton (1995) discordou da crítica de Mitchell em uma publicação no periódico *Professional Geographer*, ao argumentar que a utilização da metáfora da paisagem como texto não implica necessariamente em uma ontologia idealista (WALTON, 1995, p.62). Em tréplica à Walton (1995), Mitchell (1996a) revigorou suas considerações sobre o uso da metáfora textual da paisagem, ao dizer que a capacidade desta metáfora em suprimir a dicotomia entre ideias e materialidade não é meritória. Mitchell chama a atenção para o seguinte artifício linguístico: “A paisagem é parcialmente um texto ou uma representação. Em muitos estudos ocorre uma rápida derrapagem da noção da paisagem que se assemelha a um texto rumo à paisagem vista como um texto<sup>14</sup>” (MITCHELL, 1996a, p.95). Mitchell (1996a) argumenta ainda que se faz necessária a abordagem material e imaterial da paisagem para que possamos continuar pensando na morfologia da paisagem, que, não importa a forma em que seja representada, possui um papel nas relações e vida social. Finalmente, Mitchell (1996a) conclui – ainda na dimensão reticente à utilização da metáfora paisagem-texto – que o significado é produzido com a linguagem mais do que refletido pela linguagem, o que significa que as significações que a paisagem assume no plano individual

<sup>12</sup> A paisagem como portadora de hipertextos permitiria a leitura de tempos pretéritos por meio de iconografias representativas de tais tempos (CARVALHO, 2017). É como consultar uma arquitetura que caiu em desuso e compreender as razões de sua obsolescência.

<sup>13</sup> Livro intitulado *Writing Worlds: Discourse, text and metaphor in the representation of landscape*.

<sup>14</sup> Particularmente apreciamos a abordagem de Don Mitchell. Contudo, ao se portar como um esmiuçador-mor das palavras pode recorrer ao vício de desviar o foco daquilo que está sendo centralmente discutido. Nós mesmos, optamos por nos referir algumas vezes à ideia da “metáfora da paisagem-texto”, ou “paisagem como texto”. Não acreditamos que a utilização destas palavras garanta que a abordagem de um autor esteja vinculada à ideia da paisagem exclusivamente vista como um texto, ainda que possam existir os radicais vinculados às abordagens imateriais. Palavras ou expressões podem muito bem ser amparadas pelo contexto do raciocínio onde estão inseridas, o que pode suprimir os problema relativos às ambiguidades.

são produzidos entre a linguagem e o mundo físico. Reside aqui a problemática de assumir a metáfora da paisagem-texto como uma predominância absoluta da linguagem em detrimento dos significados construídos também por intermédio das relações dos sujeitos com o mundo material.

Independente se Mitchell tem ou não razão em toda a amplitude de sua crítica, acreditamos que uma abordagem assertiva da paisagem passa pela incorporação de sua materialidade e imaterialidade, em algum ponto de equilíbrio entre a objetividade e subjetividade, o que não é o mesmo que defender uma visão pragmática e positivista da paisagem.

As construções sociais que reificam certas categorias imateriais, tratando-as, portanto, como materiais, são uma das consequências problemáticas do discurso, não só geográfico, mas de forma de comunicação. Trataremos a seguir de um exemplo bem conhecido desta problemática.

## 5 DESACORDOS ENTRE A MATERIALIDADE E IMATERIALIDADE

A discussão a respeito do entendimento da cultura presente no embate Mitchell-Jackson-Cosgrove-Duncans teve como um dos seus focos a oposição entre ideias e materialidade. Dentro deste escopo, a categoria raça foi analogamente posicionada como a categoria cultura, no que diz respeito à reflexão entre conceitos imateriais e materiais. É uma discussão que possui partidários em ambas as frentes. Guimarães (2002), na mesma linha que os Duncans (1996), acredita que o termo raça é inadequado para apontar as diferenças de cor, mas que o racismo<sup>15</sup> se pratica por intermédio desta categoria. Paul Gilroy (1998), por sua vez, declara-se contrário à utilização da palavra raça, negando a sua materialidade. Sua posição é endossada pelos seguintes argumentos:

- No tocante à espécie humana não existem raças biológicas;

---

<sup>15</sup> Na linguagem diária, na imprensa e mesmo na literatura especializada, a palavra racismo tem muitos significados diferentes, ainda que correlatos. Racismo, em primeiro lugar, é referido como sendo uma doutrina, quer se queira científica, quer não, que prega a existência de raças humanas, com diferentes qualidades e habilidades, ordenadas de tal modo que as raças formem um gradiente hierárquico de qualidades morais, psicológicas, físicas e intelectuais. Mesmo entre os que aceitam esta acepção de racismo qua doutrina, pode-se, ainda, distinguir aqueles para quem a simples crença em raças humanas já constitui racismo e aqueles para quem tal crença é tida apenas como racialismo, chamando estes últimos de racismo tão-somente as doutrinas que pregam a superioridade ou inferioridade das raças (Guimarães, 2004, p.17).

- O conceito de raça é parte de um discurso científico errôneo e de um discurso político racista, autoritário, anti-igualitário e antidemocrático;
- O uso do termo “raça” apenas reifica uma categoria política abusiva.

Assim se desenha divergências que podem ser grosseiramente descritas em suas extremidades: por um lado, aqueles que se opõe ao uso do conceito de raça pelas ciências sociais. Estes se baseiam na negativa da biologia de conceber raças humanas ou na consideração de que esta noção é tão impregnada de ideologias opressivas que o seu uso não poderia ter outra serventia senão perpetuar e reificar as justificativas naturalistas para as desigualdades entre os grupos humanos. Por outro lado, a crença de que seja possível construir um conceito de raça propriamente sociológico, que prescindia de qualquer fundamentação natural, objetiva ou biológica (GUIMARÃES, 2009). Para Guimarães (2009, p.22), somente “uma definição nominalista de raça seria capaz de evitar o paradoxo de empregar-se de modo crítico (científico) uma noção cuja principal razão de ser é justificar uma ordem acrítica (ideológica)”.

As palavras raça e cultura reúnem muitas coincidências. Ambas enfrentam essa discussão que envolve a sua materialidade/imaterialidade. A abordagem reificada de ambas categorias não se sustenta no aspecto visível, tangível. O uso material destas categorias conduz, deliberadamente ou em um nível subliminar, à política. Como nos lembra Mitchell (1996a): a cultura serve como um instrumento para ordenar, dominar e, talvez resistir. O mesmo pode ser dito sobre a categoria raça.

A utilização reificada da palavra cultura pode favorecer ao conservadorismo e a manutenção do arranjo social. Explicações causais que levam em conta uma suposta constituição cultural, tangível e descritível, desenham a atuação de uma superestrutura homogeneizadora de comportamentos e servem para o conformismo quanto ao status quo social. Por outro lado, o uso da palavra cultura no sentido reificado, pode favorecer também a resistência de certas práticas e mesmo identificar certas coletividades como coesas e merecedoras de demarcações de terra e políticas governamentais, como no caso das populações quilombolas e indígenas.

O uso reificado das palavras raça e cultura se justificam por meio das relações sociais de poder, que, em um nível subliminar do entendimento, se reproduzem pelo senso comum. Os opressores de hoje podem ser os oprimidos de amanhã, ainda que as sequelas históricas das relações de poder diacronicamente experimentadas não nos permitam sugerir repetições cíclicas. A história mantém a sua narrativa, com elementos diferentes

que a enriquece. Sendo assim, a abordagem reificada da raça e da cultura serve à militância. Assim sendo, qual o sentido do intelectual apertado em utilizá-las?

Mesmo em seu texto elegante e furioso contido na obra *Os Condenados da Terra*, Frantz Fanon (2005), crítico ácido da colonização, desconstruiu a oposição bem versus mal, comumente utilizada no embate entre oprimidos e opressores:

O olhar que o colonizado lança sobre a cidade do colono é um olhar de luxúria, de inveja. Sonhos de posse. Todos os modos de posse: sentar-se à mesa do colono, deitar-se na cama do colono, se possível com a mulher dele. O colono não ignora isso e, constata amargamente e sempre em alerta: “Eles querem o nosso lugar”. É verdade, não há um colonizado que não sonhe, ao menos uma vez por dia, instalar-se no lugar do colono (FANON, 2005, p.56).

A fórmula é repetida em *Pele Negra Máscaras Brancas*, obra na qual Fanon argumenta que “o negro quer ser branco” (FANON, 2008, p.27), referindo-se não a cor propriamente dita, mas a posição que o branco ocupa, entendimento que fica claro quando se expressa: “alguns negros querem, custe o que custar, demonstrar aos brancos a riqueza do seu pensamento, a potência respeitável do seu espírito” (FANON, 2008, p.27). São estes mecanismos de empoderamento, que alçam o indivíduo em um outro equilíbrio na balança entre sofrer e exercer a opressão.

Sendo o homem o animal político, muito se explica a partir das relações de poder. Não existem mocinhos e bandidos tais como elegem muitas das narrativas históricas. Desenha-se neste argumento o fato de que a abordagem reificada da cultura e da raça possui como serventia a militância. Estamos de acordo com Mitchell (1995) e Gilroy (1998) sobre as inconveniências do ato de reificar.

Os dilemas que envolvem a materialidade e a imaterialidade são tão complexos que, mesmo os pesquisadores que se debruçam sobre esta reflexão epistemológica podem acidental ou deliberadamente escorregar para a dimensão da reificação daquilo que não é conveniente ser reificado. Pedrosa (2016), buscando relativizar a imaterialidade radical, assim argumenta:

contudo, ao admitir a cultura como algo invariavelmente transitório, corremos o risco de ofuscarmos o fato de existirem fenômenos de longa duração que podem mudar de aparência, mas em essência permanecem iguais. Por exemplo, o caudilhismo latino-americano é algo que infelizmente faz parte da nossa tradição cultural e mesmo que ele se reinvente, persiste por um longo prazo com fundamentos mais ou menos semelhantes (PEDROSA, 2016, p.54)



A expressão “nossa tradição cultural” aponta para a consideração de uma superestrutura social passível de ser definida espaço-temporalmente. Nossa discordância reside na identificação de elementos atuando como fantasmas e causando efeitos sobre uma imaginada superestrutura social. Estes elementos, como foi exemplificado o caudilhismo latino-americano, seriam “reinventados no tempo”, mas portadores de fundamentos semelhantes, como se o tempo trocasse as suas embalagens e mantivessem o seu conteúdo. A eternização do caudilhismo, reificado e imune ao tempo, trata-se exatamente daquilo que Edward Saïd (2007) chamou de supressão da experiência histórica, ao se queixar que as imagens de um Oriente clássico são preferíveis às modernas realidades orientais.

Se, por um lado, não podemos negar a ação do patrimonialismo, do racismo ou do machismo sobre determinado agrupamento populacional, é ingênuo considerar que estes “ismos” atuem como imagem congelada e reificada sobre corações e mentes. Ainda há de se considerar que, no âmbito de sua formação identitária, as pessoas respondem de forma muito particular à influência dos “ismos”, de tal maneira que sugerir um conjunto de indivíduos passíveis de serem delimitados e agrupados a partir de certas homogeneidades alude a uma ação arbitrária e desprovida de cuidado. Parece-nos que é inadequado reificar os “ismos” tanto na forma de definir sua essência quanto na mensuração dos seus efeitos. Enquanto pensadores das humanidades, o elixir do nosso ofício parece ser lidar e intermediar as reificações, pois, por intermédio delas podemos compreender melhor certos comportamentos sociais, incluindo tensões e conflitos. A liberdade do pensar, todavia, nos permite aventurar por um processo permanente de desconstrução do significado e construção de uma imaterialidade mediadora, parecendo ser esta a justa medida da complexa questão.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A história do pensamento geográfico foi marcada por uma transição que variou de uma abordagem objetiva e materialista, que respondia ao zeitgeist da autora da institucionalização da disciplina, às abordagens subjetivas e predominantemente imateriais. Estes extremos convivem, muitas vezes acidentalmente por meio de formas híbridas de abordagem, fazendo com que as repercussões geográficas acerca dos trabalhos científicos se desloquem do fato geográfico analisado para uma reflexão sobre significados, o que

deve ser frustrante a autores que não visam propor discussões de natureza epistemológica.

Edward Relph (2001) assume não saber como é possível desenvolver uma visão e advogar por reformas sociais se nós não podemos ter clareza em como descrever o mundo. A frase de Relph nos faz lembrar o paradoxo produzido pelo fato de, por exemplo, reconhecer os efeitos nocivos do racismo, por um lado, e negar a existência material da raça, por outro. O esvaziamento pleno do papel social da geografia parece residir na intersubjetividade radical. Por esta razão, é plausível considerar que a resposta à materialidade absoluta não é a imaterialidade plena.

Não podemos deixar de apontar que as materializações de categorias intangíveis como a cultura não são passíveis de identificação espacial (SILVA; COSTA, 2018a; 2018b; 2020), apesar de inúmeras e corriqueiras tentativas de fazê-lo. A espacialização cartográfica de fenômenos absolutamente intersubjetivos é arbitrária, constituindo-se como uma proposição pretensamente universalizante por parte do cartógrafo.

A metáfora da paisagem-texto que também abriga a possibilidade de ver a categoria geográfica em questão como intertexto, somente pode ser desenvolvida no contexto da rejeição de formas positivistas de explicação (SMITH, 1979). Isto ocorre devido a necessária consideração da intersubjetividade que guia os significados paisagísticos. Em meio ao *quid pro quo* entre Mitchell (1995; 1996) e Cosgrove (1996), um importante consenso foi alcançado: que o ponto ótimo da interpretação da cultura, bem como da paisagem, passa pela mediação entre a materialidade e a imaterialidade, ação que consegue ser sintetizada conceitualmente na ideia de geogramas, conceito cunhado por Augustin Berque (2012). É justamente na possibilidade de negar toda materialidade a partir da diversidade das formas discursivas que reside o constrangimento da utilização da metáfora paisagem-texto. É possível, contudo, fazer uso das narrativas descritivas e apropriá-las de forma a mediar o plano das ideias e a substância material (INGOLD, 1993).

A interface entre a materialidade e a imaterialidade não é simples. Contudo, é possível propor uma intermediação das duas dimensões na abordagem geográfica. Seria dantesco se a análise geográfica se enveredasse por uma busca panglossiana de descrição da realidade intangível, formada pela materialidade e as múltiplas intersubjetividades. Desta forma, ações subjetivas e imateriais como o uso da literatura e pintura, como atestam seus entusiastas defensores (HART, 1982; HART, 1986; COLLOT, 2012; FOSTER, 2012) possuem relevância: facilitar a intermediação da realidade por intermédio da oferta de múltiplos olhares, sem a pretensão inglória de oferecer contornos à intangibilidade.

## REFERÊNCIAS

- AIRES DE CASAL, M. **Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil**. São Paulo: Livraria Itatiaia Editora, 1976. 342p.
- AOKI, Y. Review article: trends in the study of the psychological evaluation of landscape. **Landscape Research**, London, v.24, n.1, p.85-94, 1999.
- APPLETON, J. Landscape evaluation: the theoretical vacuum. **Transactions of the Institute of British Geographers**, London, n.66, nov., p.120-123, 1975.
- APPLETON, J. Running before we can walk: are we ready to map “beauty”? **Landscape Research**, London, v.19, n.3, p.112-119, 1994.
- APPLETON, J. What landscapes means to me. **Landscapes**, international, v.1, n.2, p.94-97, 2000.
- BARNES, T. J.; DUNCAN, J. S. **Writing Worlds: Discourse, Text and Metaphor in the Representation of Landscape**. London and New York: Routledge, 1992. 282p.
- BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. 441p.
- BERDOULAY, V. **A escola francesa de geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2017. 255p.
- BERQUE, A. Geogramas, por uma ontologia dos fatos geográficos. **Geograficidade**, Niterói, v.2, n.1, verão, p.4-12, 2012.
- BUNKSE, E. V. Feeling is believing, or landscape as way of being in the world. **Geografiska Annaler**, international, v.89, i.3, p.219-231, 2007.
- BURGESS, J. Editorial. **Landscape Research**, London, v.21, n.1, p.5-12, 1996.
- CARVALHO, J. L. de. Denis Cosgrove e o desenvolvimento da perspectiva simbólica e iconográfica da paisagem. **Geograficidade**, Niterói, v.7, n.2, p.87-97, 2017.
- CAPEL, H. Neopositivismo e Geografia Quantitativa. *in*: CAPEL, Horacio. **Ruptura e continuidade no pensamento geográfico**. Maringá: EDUEM, 2013, p.81-110.
- CLAMP, P. The landscape evaluation controversy. **Landscape Research**, London, v.6, n.2, p.13-15, 1981.
- CLAVAL, P. The cultural approach and geography – the perspective of communication. **Norsk Geografisk Tidsskrift – Norwegian Journal of Geography**, Oslo, v.55, n.3, p.126-137, 2001.
- COLLOT, M. Rumo a uma geografia literária. **Gragoatá**, Niterói, n.33, 2º semestre, p.17-31, 2012.
- COLLOT, M. Poesia, paisagem e sensação. **Revista de Letras**, Fortaleza, v.1, n.34, p.17-26, 2015.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Sobre Carl Sauer: uma introdução. (in) CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Sobre Carl Sauer**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011. p.11-20.

CORRÊA, R. L. Carl Sauer e Denis Cosgrove: a Paisagem e o Passado. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.37-46, 2014.

COSGROVE, D. E. Towards a radical cultural geography: problems of theory. **Antipode**, Worcester, Vol. 5, Issue I, p.1-11, 1983.

COSGROVE, D.; Jackson, Peter. New Directions in Cultural Geography. **Area**, London, vol.19, n.2, jun, p.95-101, 1987.

COSGROVE, D. On “the reinvention of Cultural geography” by Price and Lewis. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington, v.83, n.3, p.515-517, 1993.

COSGROVE, D. Ideas and culture: a response to Mitchell. **Transactions of the Institute of British Geographers**, London, v.21, p.574-575, 1996.

COSTA, M. H. B. e V. da. Paisagem e simbolismo: representando e/ou vivendo o “real”? **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, Edição comemorativa, p.157-166, 2008.

COSTA, O. Memória e Paisagem: em busca do simbólico dos lugares. **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, Edição comemorativa, p.149-156, 2008.

CRESSWELL, T. New cultural geography – an unfinished project? **Cultural geographies**, London, v.17, n.2, p.169-174, 2010.

DUNCAN, J. Commentary. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington, v.83, n.3, p.517-519, 1993.

DUNCAN, J.; DUNCAN, N. (Re)reading the landscape. **Environmental and Planning D. Society and Space**, London, v.6, p.117-126, 1988.

DUNCAN, J.; DUNCAN, N. Reconceptualizing the Idea of Culture in Geography: A Reply to Don Mitchell. **Transactions of the Institute of British Geographers**, London, New Series, v.21, n.3, p.576-579, 1996.

FANON, F. **Os condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005. 373p.

FANON, F. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Salvador: Editora UFBA, 2008. 191p.

FOSTER, E. J. Finding Geography Using Found Poetry. **The Geography Teacher**, international, v.9, n.1, p.26-29, 2012.

GILROY, P. Race ends here. Abingdon, Oxford: **Ethnic and racial studies**, London, vol.XXXI, nº5, pp.838-847, 1998.

GOLD, J. R. **An introduction to Behavioural Geography**. New York: Oxford University Press, 1980. 165p.

GOLD, J. R.; GOODEY, Brian. Behavioural and perceptual geography. **Progress in Human Geography**, London, v.7, p.578-586, 1983.

GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002. 231p.

GUIMARÃES, A. S. A. **Preconceito e Discriminação**. São Paulo: Editora 34, 2004.155p.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. São Paulo, Editora 34, 2009. 254p.

HART, D. A Literary Geography of Soweto. **GeoJournal**, Berlim, v.12, n.2, p.191-195, 1986.

HART, J. F. Highest form of the Geographer's Art. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington, v.72, i.1, march, p. 1-29, 1982.

HARTSHORNE, R. **Propósitos e natureza da geografia**. São Paulo: Edusp, 1978. 203p.

HARVEY, D. **Explanation in Geography**. Bristol: Edward Arnold, 1986. 521p.

HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. Rio de Janeiro: **Revista Território**, Rio de Janeiro, Ano II, nº3, jul/dez, p.77 a 85, 1997.

INGOLD, T. The temporality of the landscape. **World Archaeology, international**, v.25, n.2, p.152-174, 1993.

JACKSON, P. Berkeley and Beyond: Broadening the Horizons of Cultural Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington, v.83, n.3, p.519-520, 1993.

JACKSON, P. The idea of culture: a response to Don Mitchell. **Transactions of the Institute of British Geographers**, London, v.21, p.572-573, 1996.

LANDO, F. Fact and Fiction: Geography and Literature. **GeoJournal**, Berlim, v.38, n.1, p.3-18, 1996.

LEY, D. Cultural/humanistic geography. **Progress in Human Geography**, London, v.5, p.249-257, 1981.

LOWENTHAL, D. Finding valued landscapes. **Progress in Human Geography**, London, March, 1978.

MEINIG, D. W. Geography as an art. **Transactions of the Institute of British Geographers**, London, New Series, v.8, n.3, p.314-328, 1983.

MELS, T. Landscape unmasked: Kenneth Olwig and the ghostly relations between concepts. **Cultural Geographies**, London, v.10, p.379-387, 2003.

MEREDITH, T. The upper Columbia valley, 1900-1920: an assessment of “boosterism” and the “biography of landscape”. **Canadian Geographer**, Ottawa, n.29, p.44-55, 1985.

MITCHELL, D. Book review of Writing Worlds: **Professional Geographer**, Washington, v.45, i.4, p.474-475, 1993.

MITCHELL, D. There's No Such Thing as Culture: Towards a Reconceptualization of the Idea of Culture in Geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, London, New Series, v.20, n.1, p.102-116, 1995.

MITCHELL, D. Explanation in Cultural Geography: A Reply to Cosgrove, Jackson and the Duncans. **Transactions of the Institute of British Geographers**, London, v.21, n.3, p.580-582, 1996a.

MITCHELL, D. Sticks and Stones: The Work of landscape (A Reply to Judy Walton's “How real(ist) Can You Get?”). **Professional Geographer**, Washington, v.48, n.1, p.94-96, 1996b.

MUEHRCKE, P. C.; MUEHRCKE, J. O. Maps in literature. **Geographical Review**, Washington, v.64, n.3, p.317-338, jul., 1974.

NAME, L. O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura. **Geotextos**, Salvador, v.6, n.2, dez., p.163-186, 2010.

NASSAUER, J. I. Culture and changing landscape structure. **Landscape Ecology**, international, v.10, n.4, p.229-237, 1995.

OLWIG, K. R. Recovering the substantive nature of landscape. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington, v.86, n.4, p.630-653, 1996.

OLWIG, K. R. All that is landscape is melted into air: the “aerography” of ethereal space. **Environment and Planning D: Society and Space**, London, v.29, p.519-532, 2011.

PEDROSA, B. V. O império da representação: a virada cultural e a geografia. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n.39, jan./jun, p.31-58, 2016.

PIRES, C. L. Z. Entre o lugar e o além-lugar: o jogo de espelhos, paisagens, geografias. Uberlândia: **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v.18, nº63, 2017.

POCOCK, D. C. D. The paradox of human geography. **Area**, London, v.15, n.4, p.355-358, 1983.

PORTEOUS, J. Douglas. Smellscape. Manchester: **Progress in Human Geography**, London, Number 9, p.356-378, 1985.

QUAINI, M. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 155p.

RELPH, E. The critical description of confused geographies (in): ADAMS, P. C.; HOELSCHER, S.; TILL, K. E. **Textures of Place**. Minneapolis and London: Minnesota University Press, 2001.p.150-166.

ROWNTREE, L. Cultural/humanistic geography. **Progress in Human Geography**, London, v.10, n.4, p.580-586, 1986.

ROWNTREE, L. Orthodoxy and new directions: cultural/humanistic geography. **Progress in Human Geography**, London, v.12, n.4, p.575-586, 1988.

SAÏD, E. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.523p.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Edusp, 2004. 285p.

SAUER, C. A morfologia da paisagem. (in): OAKES, Timothy S; PRICE, Patricia L (eds). **The Cultural Geography Reader**. New York: Routledge, 2008. p. 96-104.

SCHAEFER, F. K. Exceptionalism in geography: a Methodological Examination. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington, v.43, n.3, p.226-249, 1953.

SEAMON, D.; LUNDBERG, A. **Humanistic Geography**. In: RICHARDSON, D.; *et al.* The International Encyclopedia of Geography: people, the Earth, Environmental and Geography, 2017. p.1-11.

SILVA, L. L. S. da.; COSTA, A. A inadequação das regionalizações culturais mediante os pressupostos do pós-colonialismo. **Geotextos**, Salvador, v.14, n.1, p.225-247, 2018a.

SILVA, L. L. S. da.; COSTA, A. Cultura como comunidade imaginada: uma crítica à abordagem ontológica da cultura nos estudos geográficos. **Geografias**, Belo Horizonte, v.16, n.1, p.27-41, 2018b.

SILVA, L. L. S. da.; COSTA, A. Questionando as delimitações cartográficas da cultura. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v.21, n.73, p.445-457, 2020.

SMITH, N. Geography, Science and post-positivist modes of explanation. **Progress in Human Geography**, London, v.3, i.3, p.356-383, 1979.

TUAN, Yi-Fu. **Romantic Geography: in search of the sublime landscape**. Madison: Wisconsin University Press, 2013.204p.

VALENTINE, G. Whatever happened to the social? Reflections on the “cultural turn” in British Human Geography. **Norwegian Journal of Geography**, Oslo, v.55, p.166-172, 2001.

WALTON, J. R. How Real(ist) can you get? **Professional Geographer**, Washington, v.47, i.1, p.61-65, 1995.

WRIGHT, J. K. Terrae Incognitae: O lugar da imaginação na Geografia. **Geograficidade**, Niterói, v.4, n.2, inverno, p.4-18, 2014.

\*\*\*